



AGROECOLOGIA E ECOLOGIA DE SABERES DESCONSTRUINDO O PROJETO COLONIAL DA AGRICULTURA BRASILEIRA: A ZONA DA MATA PERNAMBUCANA É RESISTÊNCIA

Emely Christine Sulino de Melo ¹

RESUMO

A agricultura moderna brasileira tem suas raízes no modelo capitalista colonial que se baseia no conhecimento linear de exploração da natureza. Esse modelo homogeneiza os processos de construção do saber e invisibiliza os mais variados conhecimentos presentes nos territórios camponeses. Ao mesmo tempo, em contraponto, diversas experiências vêm utilizando a agroecologia e a ecologia de saberes como elementos na valorização dos sujeitos, dos saberes, das experiências e como forma de resistir ao sistema capitalista colonial. Uma dessas experiências se configura no Assentamento Nova Canaã, localizado no município de Tracunhaém, na zona da mata de Pernambuco, território chave desse trabalho. A pesquisa tem como objetivo geral compreender como a agroecologia e a ecologia de saberes no Assentamento Nova Canaã se contrapõem ao modelo de agricultura colonial desde as camponesas e os camponeses assentados da reforma agrária, através da verificação do contexto histórico do projeto colonial na zona da mata de Pernambuco; identificação das práticas de agricultura dentro do Assentamento Nova Canaã e análise dos processos de resistências e os saberes dos camponeses assentados da reforma agrária. Para concretização do trabalho foram feitas 06 idas a campo, na qual utilizamos da observação participante como principal método de pesquisa. Houve entrevistas semiestruturadas e o trabalho teve caráter qualitativo. Os resultados evidenciam que apesar da produção de cana de açúcar ainda dominar a zona da mata de Pernambuco, a agroecologia e ecologia de saberes dão elementos para romper o projeto colonial de agricultura perpetuada no território. Essas práticas agroecológicas evidenciam a diversidade de saberes e de sujeitos que todos os dias resistem em meio ao sistema opressor dominante. Assim, a agroecologia e ecologia de saberes se mostram como fundamentais na contraposição ao projeto colonial de agricultura brasileira.

Palavras-chave: Agroecologia; Ecologia de saberes; Assentamentos; Campesinato.

ABSTRACT

Modern Brazilian agriculture has its roots in the colonial capitalist model that is based on linear knowledge of nature exploration. This model homogenizes the processes of building the knowledge and makes the most varied knowledge present in peasant territories invisible. At the same time, in contrast, several complete experiences using agroecology and the ecology of knowledges as elements in the valuing of subjects, knowledge, experiences and as a way to resist the colonial capitalist system. One of these experiences takes place in the Nova Canaã Settlement, located in the municipality of Tracunhaém, in the forest area of Pernambuco, a key territory of this work. A general objective of the research is to understand how the agroecology and ecology of knowledge in the Nova Canaã Settlement, in contrast to the colonial agriculture model since the peasants settled in the agrarian reform, through the verification of the historical context of the colonial project in the Pernambuco forest zone ; identification of agricultural practices within the Nova Canaã Settlement and analysis of resistance processes and the

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, emelychristinegeo@gmail.com



knowledge of the peasants settled in the agrarian reform. In order to carry out the work, 06 field trips were made, in which we used participant observation as the main research method. There was a semi-structured loss and the work was qualitative. The results show that despite the production of sugar cane still dominate the forest area of Pernambuco, the agroecology and ecology of knowledge provide elements to break the colonial project of agriculture perpetuated in the territory. These agroecological practices show the diversity of knowledge and subjects that every day resist in the midst of the dominant oppressive system. Thus, agroecology and ecology of knowledges are fundamental in opposition to the colonial project of Brazilian agriculture.

Keywords: Agroecology; Ecology of knowledge, Settlements, Peasantry.

INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira convencional tem suas bases fundamentadas, historicamente, em processos de exploração, subordinação e controle de terras e pessoas. Esses processos fazem parte de uma herança colonial que tem como alicerce a concentração de terras e o excesso de latifúndios. No presente trabalho considera-se o conceito de colonialidade, no qual a relação de poder sobre o povo ou nação é construída a partir da implicação de que o mundo nunca foi descolonizado completamente (QUIJANO, 2007). Nesse sentido, a colonialidade implica em: ‘... resíduo irreduzível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade, manifestando-se das mais variadas maneiras’ (CRUZ, 2017). Esse processo gerou padrões sociais, econômicos e políticos que refletem na sociedade atual, criando uma relação direta na extinção e invisibilização dos diversos saberes, sabores e sementes presentes nas comunidades tradicionais. (DILGER et.al, 2018)

Dessa forma, em meio a esse ‘legado’ colonial, diversos marcos na história da agricultura brasileira apoiam, ainda mais, a consolidação desse modelo explorador dentro dos territórios. Um deles é a Revolução Verde, que iniciou na década de 1960 com o objetivo introduzir os ‘pacotes tecnológicos’, incentivando a mecanização no campo, a partir de uma produção voltada aos monocultivos, ao uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas, como forma de modernizar a agricultura tornando-a dependente das bases da indústria. Esses procedimentos trazem consigo uma série de mazelas ecológicas, sociais e políticas, assim como a negação dos conhecimentos e das práticas milenares das agricultoras e agricultores que já tinham sua própria forma de fazer agricultura. Segundo Dilger (2018), essa concepção de



desenvolvimento traz consigo a idéia de progresso e de um processo único que não pode ser interrompido, se tornando o modelo ideal a ser seguido mundialmente.

Trata-se de um projeto político e econômico desenvolvimentista que tem como prioridade expandir o agronegócio em todo território nacional. Assim, observa-se que há uma estrutura de desenvolvimento voltada para artificialização da natureza, através de suas inúmeras ações de modernização e tecnicismo agrícola. Assim, a agricultura brasileira tem se apoiado em um modelo capitalista que tem o lucro como único objetivo de produção. Segundo Pereira (2005) esse desenvolvimento se refere a um modelo que busca hegemonizar um estilo de vida baseado no consumo, por meio de uma perspectiva tecnológica ‘inovadora’ considerada única e universal. Conforme, Gómez (2006), o desenvolvimento é profundamente contraditório, visto que as práticas, os resultados e os discursos divergem. Esse modelo promovido pela sociedade capitalista promove uma concorrência entre desiguais, garantindo um controle sutil da ordem social.

Em Pernambuco esse processo de desenvolvimento pautado na exploração agrícola como base econômica se deu de maneira muito rápida, servindo até de inspiração para os estados vizinhos. A imposição do cultivo de cana-de-açúcar em larga escala na região se deu baseada na geografia que favorecia o desenvolvimento da produção, visto que o solo, clima e a posição geográfica facilitavam a expansão da cana e o escoamento para exportação, seja pela terra, seja pelo mar. Reconhece-se que, foi imposto um único saber, uma única cultura que acabaram por sobrepor as outras agriculturas já existentes e que foram silenciadas por essa colonialidade.

Diante disso, entendeu-se que é fundamental pensar em possibilidades desde uma perspectiva descolonial guiada pelo resgate dos saberes dos outros tipos de agricultura de base camponesa. Nesse sentido, diversas experiências em distintos territórios vêm provando que é possível se contrapor a esse sistema agrário e agrícola capitalista a partir da agroecologia, dando base para pensar uma agricultura que valorize o saber popular, que produza alimentos saudáveis sem agrotóxico, que exista com base em uma relação diferenciada entre sociedade e natureza, que gere bem viver, dentre inúmeros processos que auxiliem na quebra de paradigmas. Dessa forma, a Agroecologia vai se estruturando, não só como um modelo de base ecológica da agricultura, mas sim como um modo de vida que respeita os princípios da natureza.



Outro aspecto teórico-metodológico importante que busca a contraposição desse paradigma dominante na agricultura é a Ecologia de Saberes. Esta concepção surge como forma de valorizar os diversos saberes que estão dentro dos territórios e que por muito tempo foram invisibilizados e tratados como inexistentes. Boaventura de Sousa Santos (2009) traz a reflexão de que cada saber existe apenas em meio a outros saberes, por isso é necessário referenciá-los e canalizá-los. Isto posto, mostra que o principal objetivo da ecologia de saberes é procurar resgatar os saberes e práticas perdidas e deixadas de lado durante os processos coloniais e da difusão do sistema capitalista.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa foi utilizada como base analítica a compreensão das dialéticas sociais, entendendo que os fatos históricos possuem elementos contraditórios e que nunca são estáticos. Nesse sentido, a pesquisa se deu “estando pessoalmente no lugar e observando e compreendendo aquilo que está acontecendo, por participar da vida cotidiana das pessoas” (BRANDÃO, 2007). A observação participante também, permitiu que se criasse uma relação não hierarquizada, multilateral de troca, possibilitando uma inserção mais leve nas práticas e no dia-dia. Assim, as idas a campo foram feitas de maneira muito cuidadosas, construídas por meio de uma relação mútua entre a pesquisadora com os assentados e assentadas, tendo participado desde caronas solidárias à disponibilidade de abrigo em suas residências. A disponibilidade dessas pessoas para conversas e para acompanhamento nos percursos dentro do Assentamento também contribuiu muito para a concretização do trabalho.

A pesquisa teve a abordagem qualitativa como forma de garantir a promoção dos processos, subjetividades, valores, significados e experiências não mensurados por números. Ao mesmo tempo, foi feita uma revisão bibliográfica das categorias gerais do trabalho, assim como uma análise documental cedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foram feitas reuniões de orientação e 05 idas à campo, na qual foram entrevistados(as) 10 assentados/assentadas e 02 agentes pastorais que acompanharam o Acampamento/Assentamento.

Nos campos, foram realizadas algumas entrevistas semi-estruturadas, ou seja, foram pensados previamente temas e perguntas para a entrevista, entretanto de forma a possibilitar um diálogo mais flexível, respeitando o tempo dos/das entrevistados/ das e



possibilitando a inserção de outros temas e perguntas. Foram feitas também visitas acompanhadas por assentados e assentadas em estruturas do Assentamento Nova Canaã: parcelas, igrejas, casas, sede da associação, área de preservação permanente e reserva legal, bem como visitas aos Assentamentos vizinhos (Assentamentos Ismael Felipe e Chico Mendes). A parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundamental para concretização da pesquisa, visto que ela colaborou de forma presencial acompanhando em alguns campos no Assentamento e de forma intelectual através de seu acervo e da disponibilidade de seus agentes pastorais para entrevistas. .

REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos principais pontos para a agroecologia é a valorização dos saberes das e dos agricultores que praticam esse modo de vida, essa forma de se fazer agricultura. Assim um elemento fundamental nesse processo é a ecologia de saberes, um conceito em construção que visa o diálogo entre vários saberes, ademais que muitos deles foram invisibilizados ao longo do tempo. Boaventura de Sousa Santos (2009 p.3) enuncia que há “linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. Nesse sentido, “o outro lado da linha” tem todos os conhecimentos produzidos tidos como inexistentes, já que “deste lado da linha” há um processo radical de hierarquia que impossibilita a presença de outros conhecimentos. Ainda diante da exposição do Boaventura de Sousa Santos, essa forma de dividir dois lados na realidade social deriva de um pensamento abissal, ou seja, aquele que apresenta distinções do que é visível e do invisível. Santos (2010, pg 55) destaca: “... uma das premissas consolidadas do pensamento abissal seja, ainda hoje é a da crença na ciência como única forma de conhecimento válido e rigoroso”.

Quijano (2007) sublinha que o colonialismo e a colonialidade atendem a necessidade do capitalismo, configurando assim um universo de relações intersubjetivas de dominação eurocêntrica. O colonialismo continuou sob a forma de colonialidade de poder e de saber, apesar daquele ter terminado permaneceu a colonialidade. Mignolo (2003) fala que a colonialidade se reproduz em três dimensões: o saber, do poder e do ser, para o autor o processo descolonial é “reinscrever na história da humanidade o que



foi reprimido pela razão moderna, em sua versão de missão civilizadora ou em sua versão de pensamento teórico negado aos não-civilizados” (MIGNOLO, 2003, p. 158),

Santos (2010) em seu livro *Epistemologias do Sul* ressalta que: “o colonialismo, para além de todas as dominações que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas”. Diante disso é criada uma relação de poder subalternizando os sujeitos que não se encaixam nos moldes da sociedade eurocêntrica. Dessa maneira esse pensamento moderno ocidental vem promovendo a unilateralidade do ser, influenciando culturas, religiões, estéticas, dentre inúmeros outros padrões pelo mundo. Shiva (2003) reflete que os saberes locais desaparecem quando interagem com o saber ocidental dominante, através da negação de sua existência.

Cruz (2017) traz a reflexão de que a colonialidade reverbera uma herança cultural, cognitiva e epistêmica materializada no eurocentrismo. Esse processo influencia em grande parte da produção intelectual, colocando o eurocentrismo, como único conhecimento válido na modernidade. Ele continua afirmando que para superar as narrativas coloniais é preciso repensar a forma ao qual o tempo, o espaço e as diferenças são concebidos, buscando pensar que existe uma multiplicidade de vozes, temporalidades e histórias.

Assim a ecologia de saberes defende um processo coletivo de produção de conhecimentos que reforcem as lutas pela emancipação social, reconhecendo uma infinita pluralidade dos saberes. Assim, Boaventura Santos (2009) traz o pensamento pós-abissal, uma nova forma de pensar uma sociedade com justiça cognitiva igualitária, ou seja, na qual todos e todas construam o discurso intelectual mundial. Para o autor este pensamento envolve a ruptura radical das formas ocidentais modernas de pensar e de agir, segundo ele “subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e... a injustiça global estaria... estritamente associada à injustiça cognitiva” p.10. É, portanto, um processo de visibilização da diversidade de práticas, epistemologias e culturas que são desqualificadas pela lógica hegemônica. Santos (2010, P. 53) sinaliza que a monocultura da ciência moderna é confrontada pela ecologia de saberes e ressalta que: “é uma ecologia porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna).”



Adiante disso, Santos (2006) indica duas categorias fundamentais nesse processo de pôr em prática a ecologia de saberes: a sociologia das ausências e das emergências. A sociologia das ausências demonstra que há processos plurais que estão sendo deixados de lado, nas mais diversas áreas de conhecimentos, por um desperdício da experiência. Assim, ela tem como objetivo “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2006). É nessa categoria que a ecologia de saberes tem seu papel fundamental na ampliação do presente, identificando as experiências marginalizadas que sobreviveram ao epistemicídio e tornando-as alternativas das monoculturas dominantes. Já a sociologia da emergência seria a ampliação do futuro, a partir da visão de experiências sociais possíveis, como forma de multiplicar e diversificar as experiências. Essa sociologia garante “possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas” (SANTOS, 2009 p. 21) que só é possível a partir da construção de uma visão do presente associada as possibilidades e expectativas para o futuro.

A difusão de uma ciência universal estreita ainda mais o confronto entre as práticas dominantes unilaterais e as práticas marginais diversas. Nesse sentido, criam-se fragmentações que provocam a monocultura mental que impedem alternativas locais de saber. Shiva (2003) compara a monocultura mental com o sistema de agricultura “científica” na qual dividem a planta em domínios individuais levando em consideração apenas os mercados isolados, é o exemplo da silvicultura. Na silvicultura tradicional as pessoas têm na floresta um espaço de obtenção de comida e de dependência da fertilidade da floresta para fertilidade da terra que é cultivável, enquanto na silvicultura científica a sua única função é a obtenção de madeira. Assim a silvicultura científica universaliza a tradição local de obtenção dos recursos florestais e a transformam em interesses comerciais, apagando, todo o elo cognitivo que associa a silvicultura à produção de alimento, à agricultura.

Levando em consideração o contexto na qual o trabalho está seguindo, o pensamento abissal é o pensamento técnico de uma agricultura moderna colonial que foi instalada de maneira totalmente vertical, promovendo invisibilização dos conhecimentos de quem já praticava agroecologia nesses territórios. Para Pereira (2005) a medida que as sociedades foram se organizando levou a uma grande transformação dos ambientes e a valorização de uma racionalidade hegemônica, assim como contribuiu para a desvalorização dos saberes das populações que se organizam sob outras



racionalidades, como é o caso dos agricultores e agricultoras quem mantêm os ambientes conservados. De um lado observa-se o conhecimento de uma agricultura moderna tecnicista de outro uma agricultura popular, diversa e aberta a trocas e diálogos.

Dessa forma, percebe-se que há um processo de luta para viabilizar as variadas formas de perceber e experimentar o mundo que foram colocadas como inexistentes pela colonialidade do saber. A agroecologia e a ecologia dos saberes permite que os diferentes saberes conversem e se complementem. Nunes (2006) anuncia que esse processo não se resume em desqualificar a ciência, mas sim a definição da relevância de que outros modos de conhecimentos têm sua função e legitimidade, podendo até esses conhecimentos serem antagônicos. Nesse processo histórico os grupos subalternizados resistiram, resistem e re-existem ao processo colonial de dominação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A agroecologia e a ecologia de saberes são elementos fundamentais para visibilizar os diversos saberes presentes no território, bem como contrapor o projeto colonial da agricultura. Assim, entende-se que a busca por uma agricultura que vá além de um pacote pronto, é um processo de descolonização que contrapõe a colonialidade a partir de processos de resistência. Nesse sentido, vários sujeitos vão “sustentando e criando territórios onde podem habitar os modos de vidas não hegemônicos” (ZIBECHI, 2015). Scott (1985) entende que existem “formas cotidianas de resistência” em um processo de luta constante entre o campesinato e os que buscam nos camponeses a extração de seu trabalho, sua comida, seus impostos.

Assim, no Assentamento Nova Canaã, esse processo de resistência diária vai se consolidando a partir do momento que há a negação, por algumas famílias, de se produzir cana-de-açúcar em um território que tende a homogeneizar as práticas produtivas há cinco séculos na zona da mata pernambucana. É criado, um processo de emancipação, de resistência e ruptura do pensamento colonial, visto que, mesmo diante do monocultivo de cana ao redor de todo Assentamento (conforme mostra a figura 01), várias famílias já optaram por produzir alimentos sem venenos.



Figura 01 - Vista de satélite do Assentamento Nova Canaã rodeado pela plantação de cana de açúcar (Tracunhaém, PE, Brasil)



Fonte: MELO, 2020

Ainda há o questionamento referente a cana presente dentro do Assentamento, visto que, algumas famílias optam por produzir alimentos agroecológicos para consumo e cana para venda. Porém, muitos assentados e assentadas relataram em entrevista que a cana destrói a força e a potência de se produzir agroecologicamente, demonstrando um pensamento descolonial. Como bem relata um dos assentados que nos conta sua experiência:

“É muito difícil plantar com essas cana aqui em volta. Vê também que várias pessoas ainda não mudaram esse pensamento de colocar veneno nas plantas. Eu mesmo nunca gostei dessa cana, ela só traz dor de cabeça. Aqui eu boto veneno não, tudo natural, porque cada vez que consumimos produtos com agrotóxico prejudica nossa saúde.” (AGRICULTOR E ASSENTADO 6, 2019)

Nesse sentido essa busca por sair da lógica hegemônica é uma resposta da ecologia de saberes, que permite o protagonismo dos assentados e assentadas em discutir essa problemática e em pensar estratégias, alternativas para que a ruptura com um processo colonial aconteça. Nesse contexto a diversidade de trajetórias de vida, de saberes e percepções permitem a criação de uma pluralidade de propostas e idéias de ações coletivas fazendo essas pessoas se sentirem parte daquele território. É o exemplo de uma das assentadas entrevistadas quando questionada sobre sua relação com o Assentamento:

“Aqui é o meu lugar, eu não me vejo em outro canto não, minha vida tá ótima. Aqui todo mundo pode dar opinião, num tem isso de só presidente e tudo mais não, cada um pode falar o que quiser para solucionar os problemas.” (AGRICULTORA E ASSENTADA 3, 2019)



Diferentemente da maior parte da organização espacial dos Assentamentos da zona da mata de Pernambuco, que são divididos em lotes isolados, o Assentamento Nova Canaã é demarcado em forma de agrovila, o que promove, ainda mais, o processo de coletividade. Essa forma de organização espacial permite que as casas possam ser construídas perto uma da outra, facilitando a realização de atividades comunitárias em prol do funcionamento da área comum do Assentamento. Destaca-se mais uma dimensão associada à Ecologia de Saberes: a diminuição do pensar individual para a diversidade do pensar coletivo.

“A gente soma a fala de todo mundo, une as idéias para que seja bom pra todo mundo, né, pro Assentamento todo. Quando um fala aí o outro complementa, já dá outra idéia e tem que ser assim. Tem uns que são mais calados, outros fala mais, sabe falar melhor e assim vai. O que importa é que a gente se resolve no coletivo” (AGRICULTORA E ASSENTADA 3, 2019).

Assim, o processo de organização interna é pautado nesse coletivo. Todo mês há uma reunião geral, na qual debatem sobre o que se precisa organizar no Assentamento, de forma a propor melhorias estruturais, sociais e econômicas. A sede da associação também recebe todas as reuniões e eventos que envolvem a universidade, movimento, data cristã e visitas em geral. A manutenção da área comum do Nova Canaã é feita em forma de mutirões, opção essa que tem como objetivo a busca pela integração do grupo, o aumento da mão de obra e diminuição do tempo de serviço. Essa manutenção pode ser a reforma ou construção de uma área comum a todos e todas, a capinação da única estrada que dá acesso ao Assentamento, manutenção da rede elétrica, dentre outras demandas apresentadas.

O incentivo a criação de grupos de jovens e mulheres é um ponto a se ressaltar no Assentamento. Há uma animação do grupo de jovens do Nova Canaã que saíram para estudar agroecologia no Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)² e boa parte retornou para aplicar o que aprendeu em sua comunidade. Durante a pandemia da COVID 19 no ano de 2020, os e as jovens da comunidade participaram do processo de entrega de alimentos de cestas camponesas dos Assentamentos na cidade. Nesse

² O SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa – é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que tem como Missão formar pessoas para atuarem na transformação das suas circunstâncias educacionais, econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas e na promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido desenvolvem projetos e oferecem cursos de capacitações para a sociedade em geral. Para saber mais: <http://www.serta.org.br/inicial/>



sentido, um grupo de jovens está dedicado a fazer esse trabalho de arrecadar alimentos, organizar e levar para a periferia para fazer entrega. Enquanto as usinas (que controla boa parte do território) e o Estado não ajudaram famílias a se alimentarem durante esse período, os assentados e assentadas através de uma rede de solidariedade compartilham sua diversidade de alimentos.

Outro ponto observado durante o período de pandemia foi a questão da alimentação e autonomia camponesa. Isto porque, durante boa parte do ano de 2020 os assentados e assentadas optaram por passar um tempo em isolamento para proteção dos que ali viviam. E mesmo diante das dificuldades, por um bom tempo não houve casos de Covid 19 no Assentamento. Por outro lado, isso foi possível porque os assentados e assentadas não dependeram do mercado externo para se alimentar, tendo no quintal, na parcela os elementos para garantir a autonomia alimentar durante vários meses, não necessitando sair de forma contínua para comprar alimentos em outros municípios. Svampa (2021) relata que as experiências de solidariedade durante a pandemia devem ser inspirações para unir as causas ambientais, a política e as questões de saúde:

“É preciso abandonar o discurso belicoso e assumir as causas ambientais da pandemia, junto com as de saúde, e também colocá-las na agenda política. Isso nos ajudaria a nos prepararmos positivamente para responder ao grande desafio da humanidade, a crise climática, e a pensar em um grande pacto eco-social e econômico. (...) O discurso da guerra confunde e esconde as raízes do problema, atacando os sintomas, mas não as causas raízes, que têm a ver com o modelo de sociedade instituído pelo capitalismo neoliberal, através da expansão das fronteiras de exploração.” (SVAMPA, 2021, p. 1)

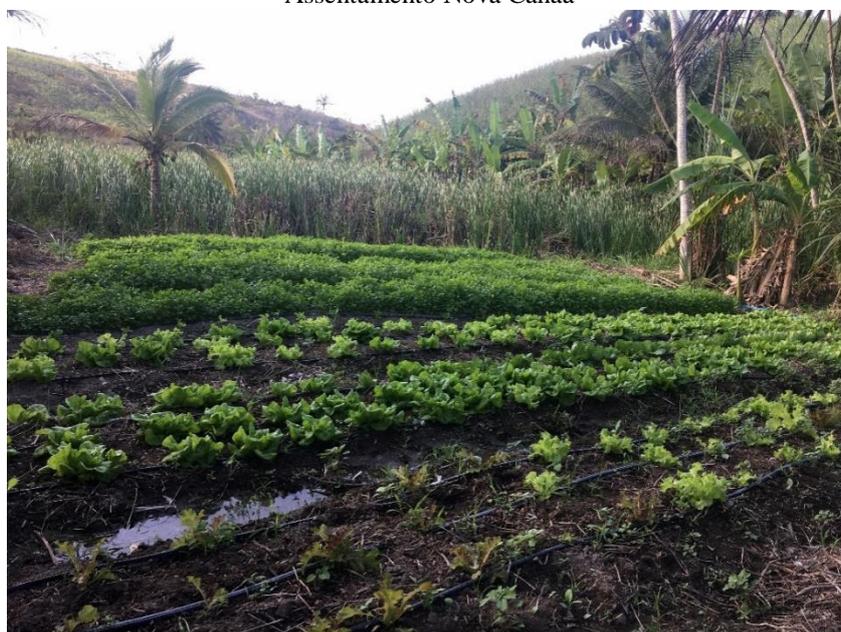
Se de um lado a produção de cana que é proposta por essa agricultura técnica/colonial exige que o agricultor e a agricultora plante somente uma espécie e venda para um único comprador por um preço ínfimo, de outro a agroecologia busca a diversidade de alimentos que pode ser vendido e/ou consumido, como relata uma das assentadas: “Na parcela, se a produção der mais um pouco a gente vende, se não der, fica só pro consumo” (AGRICULTORA E ASSENTADA 7, 2019).

A diversidade de alimentos junto aos consórcios nos plantios se mostra bastante positivo no Assentamento. Vários agricultores e agricultoras produzem agroecologicamente, em uma relação de observação e cuidado com a terra. Em uma das parcelas visitadas, somente ao redor de sua cisterna de produção foi possível mapear mais de trinta variedades de frutíferas, hortaliças e leguminosas, dentre elas maxixe,



café, couve-flor, tomate, graviola, cebolinha, jaca, fava cocora, araquá, fava rama, côco, acerola, pimenta malagueta, pimenta biquinho, laranja, caju, capim santo, hortelã, mamão, pepino, urucum, limão e outras (Figura 02).

Figura 02 - Parte da diversidade de hortaliças e fruteiras na parcela do assentado e agricultor 1 no Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO, 2018

Durante a pesquisa foi perceptível que as assentadas entrevistadas preferem produzir agroecologicamente em seus quintais ao redor da casa, diferentemente dos assentados entrevistados que preferem praticar a agroecologia na parcela. Essa relação das mulheres com os quintais é mais um elemento “de ruptura com a lógica neutralizadora de saberes do sistema hegemônico” (ESMERALDO, 2017, p.317). Isso porque, esses quintais, muitas vezes, é o lugar que permite a autonomia econômica, a troca de saberes, o aumento da autoestima da mulher, a relação de solidariedade com as famílias vizinhas e principalmente a diversidade agroalimentar. Dessa maneira, compreende-se que o quintal proporciona “conteúdos para a promoção da soberania e segurança alimentar, tais como o acesso a alimentos de qualidade, a valorização da biodiversidade, manejo e gestão de sementes vegetais e de animais” (ESMERALDO, 2017, p.324). De acordo com uma das entrevistadas o quintal é o espaço mais importante de quem vive na terra:

“Eu prefiro plantar aqui no meu quintal mesmo porque que eu posso ficar olhando de perto. A parcela fica muito longe, como



eu vou poder ver se alguma planta tá precisando de alguma coisa? Pra quem tem um pedacinho de terra assim de lado da casa, que nem eu, o quintal é o lugar mais importante. Até galinha eu posso colocar aqui. Se precisar de comida eu tenho de lado da casa, se precisar de remédio eu tenho aqui de lado também. Tem gente que prefere a parcela mas eu gosto assim” (AGRICULTORA E ASSENTADA 9, 2019).

A diversidade agroecológica permite interações e equilíbrio entre plantas, animais e pessoas, proporcionando a produção de alimentos saudáveis, troca de experiências e saberes, renda familiar, soberania e segurança alimentar, conservação da natureza e a dependência mínima do sistema opressor capitalista. A figura 03 mostra a diversificação de outra parcela do Assentamento na qual foram encontrados pés de mamão, côco, macaxeira, laranja, feijão, banana, limão, berinjela e fava em três hectares.

Figura 03- Parcelas diversificadas no Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO, 2018.

Essa diversidade presente no território é ponto chave da resistência camponesa. Isso porque ela permite diversos benefícios nos âmbitos sociais, ambientais, econômicos e o mais importante atua na visibilização dessas pessoas e de suas atividades que muitas vezes tem suas histórias apagadas pela cana e seu sistema opressor.

“ É como se não tivesse camponeses e camponesas, só usina e trabalhador assalariado da cana então a lógica, o olhar dessa forma esconde várias realidades, várias possibilidades e várias



situações que estão ocorrendo na zona da mata. Você tem ali família que produzem de forma agroecológica, que é um processo de resistência. Mas a grande resistência daí são os processos de diversificação da produção que estão acontecendo de forma pequena ainda mas é a resistência. Acredito que daqui alguns anos quem tiver comida para comer, para vender naquela região vai ser um grande beneficiado por que o monocultivo tenta engolir todas as existências, todos esses processos.” (AGENTE PASTORAL 2, 2020)

O sentimento de opressão, proporcionada pelo monocultivo de cana está presente em várias falas de quem vive na terra., o monocultivo tenta calar uma diversidade de vozes que ecoam no Assentamento Nova Canaã. Porém é no dia-dia na terra que essas pessoas reproduzem seus sabores, seus saberes, recriando e reproduzindo o modo de vida camponês, sendo este também um processo de resistência.

A conquista da terra permitiu uma condição de vida bem melhor do que quando se trabalhava no monocultivo agroquímico da cana, o que se percebe que é muito comum na fala dos sujeitos envolvidos na experiência. Apesar dos desafios ainda serem grandes, a experiência presente no território evidencia que é possível assumir alternativas para além da dependência da cultura agrícola da cana-de-açúcar. A descolonização das mentes é um processo realizável e está em curso em muitas experiências de luta de camponeses e camponesas. Assim relata um dos agricultores, ex cortador de cana da usina:

“Eu trabalhava era dentro da usina, vivia pra cortar aquelas canas. Era um tempo muito ruim. Eu não gostava não, trabalhava porque era o que tinha. Quando eu escutei falar que tinha isso de acampar, assentar eu quis logo participar. Aí participei de todo o processo aqui do Canaã, abriu minha mente. Hoje eu só planto comida, quando dá eu vendo na beira de estrada, mas o que eu planto é mais pra mim e minha família. Quero deixar de plantar mais não.” (AGRICULTOR E ASSENTADO 10, 2019)

Algumas famílias ainda passam pelo processo de transição, por isso nem todas plantam agroecologicamente, visto que a cana na região ainda tem seu poder e para alguns assentados e assentadas é mais fácil vender cana para a usina do que produzir alimentos e levar para vender em outros territórios. Conforme sinaliza um dos assentados que produz cana na sua parcela (Figura 04) e alimentos no jardim em volta de sua casa: “A gente usa cana pra consumir e para vender, é mais fácil ter o dinheiro da cana pela usina do que levar sem transporte, sem dinheiro pra vender os alimentos



em outro canto” (AGRICULTOR E ASSENTADO 11, 2019). Outro agricultor complementa: “A cana é nossa, o INCRA não liberou ninguém a plantar cana, plantamos por conta da gente, não foi por conta de usina, por que precisamos para consumir e para vender, pra ganhar um extra” (AGRICULTOR E ASSENTADO 1, 2019).

Figura 04- Cana de açúcar presente em uma das parcelas visitadas em Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO, 2018

Diante da dialética dentro do Assentamento de se produzir alimentos diversificados e cana de açúcar para a usina, a maioria das relações dos agricultores/agricultoras com a terra têm uma forma de respeito e solidariedade ao tempo da natureza. Esse processo cria algumas particularidades que vão em caminhos opostos do que a agricultura tecnicista/mercantilista vem perpetuando, principalmente na presença de uma relação igualitária e recíproca entre natureza e ser humano. Assim o assentado 4 enuncia sua relação de afeto, não hierárquica com suas plantas:

“Eu converso com as plantas como se estivesse conversando com uma criança, o pessoal diz, o povo diz que eu estou caducando, dizem tu ta falando com quem? E eu digo conversando com o que tem vida, as coisas naturais, ele chega no pézinho de planta e diz: Ta tristinha? Papai chegou pra lhe aguar, ta tão bonitinha, chega fica rindo. No outro dia quando eu saio ela fica fazendo tchau pra mim” (AGRICULTOR E ASSENTADO 4, 2018)



Um dos desafios para continuidade da Agroecologia no território é o acesso as sementes. Algumas famílias têm seu próprio banco de sementes em casa, que é o caso de uma das assentadas que guarda cerca de 04 variedades de milho (Figura 05), já outras pessoas compram suas sementes no centro da cidade. Um dos assentados que troca sementes com seus parentes, vizinhos e companheiros, se destaca, nesse sentido, pelo maxixe liso, plantado com a semente trazida pela sua avó da região semiárida, e que sua família vem cultivando na Zona da Mata desde então.

Figura 05 - Sementes armazenadas em garrafa pet para compor o banco de sementes familiar, Assentamento Nova Canaã



Fonte: MELO, 2019

Atualmente uma das práticas desenvolvidas pela CPT no Assentamento Nova Canaã é um projeto de agroecologia como forma de discutir a permanência, geração de renda e uma vida de qualidade para essas famílias. O projeto visa a formação de cinquenta famílias de três Assentamentos na região. Do Assentamento Nova Canaã sete famílias são acompanhadas pelo projeto, algumas já produziam agroecologicamente, outras iniciaram o processo de transição. Uma das agentes pastorais fala que a CPT não só atua com o projeto no Assentamento, a comissão acompanha a comunidade em sua vida social: “A CPT no momento continua participando da vida social da comunidade, não mais na questão de conquista da terra, mas de permanência na terra, e a proposta do projeto.” (AGENTE PASTORAL 1, 2019)



O projeto começou em 2018, porém anteriormente a comissão já trazia a discussão da agroecologia no território, através de capacitações, incentivo à inscrições de assentados e assentadas no curso técnico em agroecologia e na realização de intercâmbios com outras experiências. Uma das agentes pastorais que acompanha o Assentamento conta que algumas famílias produzem agroecologia em seu quintal mas na parcela ainda existe cana: “Algumas famílias produzem que no quintal produtivo é agroecológico, mas na parcela é misturado. Por isso que umas tiveram resistência em participar do projeto, porque a idéia seria nas parcelas também adotar a prática agroecológica”. Ao mesmo tempo trata-se de um processo educativo que envolve formação teórica e prática em atividades que são abertas a todos e todas. Assim, a CPT trabalha o tema, além de um projeto: “ Nossa missão é muito maior do que qualquer projeto, é um projeto de sociedade (...) nosso objetivo é transformar o mundo, transformar o Brasil, transformar Tracunhaém, transformar o assentamento” (AGENTE PASTORAL 2, 2020).

Compreende-se, portanto, a CPT como um elemento fundamental da permanência dessas pessoas no território, visto que vários entrevistados e entrevistadas relataram sua importância para as práticas produtivas dentro do Assentamento. Diante da diversidade da experiência apresentada, o Assentamento Nova Canaã é a exemplificação de r-existência na zona da mata de Pernambuco. Compreende-se por r-existência “uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas” (PORTO-GONÇALVES, 2006, P.165). As famílias resgatam seus conhecimentos ao mesmo tempo que somam com o acúmulo de saberes socialmente construídos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema mundial colonial/moderno estabeleceu padrões sociais, econômicos e políticos que até hoje refletem na sociedade. Esse processo gerou a extinção e invisibilizou os diversos conhecimentos tradicionais presentes nas comunidades. No presente trabalho, a ecologia de saberes e a agroecologia se mostraram perspectivas fundamentais na luta contra a hegemonia do pensar/saber e da desconstrução do projeto colonial da agricultura brasileira.



A formação dos Assentamentos rurais na zona da mata pernambucana possibilitou a mudança na qualidade de vida de centenas de famílias. Em consequência da criação dos Assentamentos, a zona da mata de Pernambuco apresenta-se hoje como um território mais diversificado em sujeitos, produção e saberes. Nesse sentido, a negação, por parte das agricultoras e agricultores que vivem na região, de fazer parte desse sistema opressor dominante é o ponto principal no processo de resistência e são impulsionadores para o fortalecimento das práticas agroecológicas nesse território.

Nesse sentido, a luta no território ainda é constante, visto que as práticas do monocultivo da cana permanecem arraigadas nas diversas atividades dos indivíduos da região. Ainda assim, a experiência do Assentamento Nova Canaã evidencia que é possível produzir agroecologicamente mesmo tendo a pressão da produção de cana garantindo a compra de toda produção. É uma luta permanente, que não é uma luta pela terra, mas é uma luta de controle do território, de gestão do Assentamento.

A diversidade de alimentos junto aos consórcios nos plantios, a organização espacial, organização política, a autonomia produtiva, os trabalhos coletivos, as sementes crioulas e os grupos de jovens e mulheres são elementos fundamentais na construção da ecologia de saberes e agroecologia. A agroecologia e a ecologia de saberes são conceitos ainda em construção, mas diante dos elementos e pautas em comum mostram-se com grande potência na superação dos desafios na desconstrução do projeto colonial da agricultura brasileira. Assim, elas permitem fortalecimento dos territórios, a visibilização dos saberes e re-existência das comunidades.

A agroecologia vem ganhando cada vez mais espaço na zona da mata pernambucana. A atuação dos movimentos, das universidades, organizações e comissões mostram-se essenciais nos incentivos das práticas já existentes. Diante da pesquisa foi possível identificar que boa parte dos agricultores e agricultoras que escolhem e se vinculam a Agroecologia são pessoas construtoras de afetividade com a terra, fortalecidos através das resistências diárias.

Todos entrevistados e entrevistadas que fizeram parte da pesquisa, reconheceram a Agroecologia como uma boa forma de se produzir, na garantia de se ter produtos de qualidade, livre de venenos. A busca por alimentos saudáveis foi o principal motivo dos e das que saíram da produção de cana para a agroecologia. Aqueles e aquelas que participam de feiras declararam se sentirem valorizados, pela forma na qual produzem, nesses espaços de venda e interação com as e os consumidores. A principal dificuldade



colocada pelos assentados e assentadas foi a questão de permanência na terra, principalmente pelo difícil acesso à serviços públicos como a educação e a saúde, visto que o Assentamento não possui escola e nem posto de saúde. Dessa forma, essas famílias precisam procurar cidades vizinhas para realizar seus atendimentos, o que evidencia o desafio organizativo político na região.

Durante a pandemia do Covid 19 a Agroecologia permitiu a soberania alimentar com alimentos saudáveis em abundância para os assentados e assentadas, além de que possibilitou os gestos de solidariedade – o povo cuida do povo – garantindo a alimentação de outras famílias. Esse processo permite a garantia do direito dos(as) camponeses(as) em tirar da terra sua alimentação, sendo ela o principal ponto material da reprodução camponesa. A autonomia do Assentamento durante esse período também é um ponto a ser destacado, visto que grande parte das famílias optou por ficar isoladas, possibilitando a visibilidade da não dependência do mercado externo. A experiência mostra a potência dos territórios que sustentam a vida, o Assentamento Nova Canaã aponta caminhos para lidar com outro modelo alimentar, mesmo em tempos de pandemia.

A continuidade no incentivo da agroecologia e a valorização dos diversos saberes das e dos camponeses a partir da ecologia de saberes se mostram fundamentais para quebra de paradigmas e desconstrução do projeto colonial da agricultura brasileira. A zona da mata é resistência, é r-existência!

REFERÊNCIAS

ESMERALDO, Gema G.; CAMURÇA, Andrea M.; VIANA, Lígia A.; ABRANTES, Karla K. Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária. In: **Análise de práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias - Reflexões sobre o Programa Residência Agrária – Volume II**, 2017. P. 313 – 331.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e cultura. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

CRUZ, Valter do Carmo. **Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico**. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (org.). Geografia e Giro Descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. 1. Ed. Rio de Capital, 2017: Letra Capital, 2017



DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.) **Descolonizar o Imaginário** - Debates sobre pós - extrativismo e desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante, São Paulo, 2018.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento em desconstrução: narrativas escolares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais, projetos locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NUNES, João Arriscado. **Um discurso sobre as ciências 16 anos depois**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Mônica Cox de B.. **Desenvolvimento e meio ambiente – O todo é maior que a soma das partes**. Revista Plurais, Universidade Estadual de Goiás, v. 1 n° 2, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Ester. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**, Clacso, Buenos Aires, 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Coloniality and modernity/rationality**. Cultural Studies. (2007)

SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Marta (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**, in Barreira, César (Ed.), *Sociologia e Conhecimento além das Fronteiras*. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2006

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SCOTT, James. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven and London: Yale University Press. (1985)

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gala, 2003.

SVAMPA, MAristella. **Reflexiones para un mundo post-coronavirus**. In: *Nueva Sociedad*. Disponível em: https://www.nuso.org/articulo/reflexiones-para-un-mundo-postcoronavirus/?fbclid=IwAR0vISyljweY7iO8syuA87uX2pu2t5B_vARmBVBSiESyeqKVkHIS_VjT3GQ > Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

ZIBECHI, Raul. **Territórios em resistência: categoria política das periferias urbanas latinoamericana**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.